

A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO EMPREGO FORMAL NO SUL DO BRASIL

Yony Brugnolo Alves¹
Jandir Ferrera de Lima²

Resumo

Esse artigo analisa a distribuição do emprego formal na Região Sul do Brasil e em suas 23 mesorregiões. Buscou identificar quais são as mesorregiões onde a dinâmica da oferta de emprego formal acompanhou a dinâmica da Região Sul. Das 23 mesorregiões que compõem a Região Sul, 11 mostraram comportamento igual ou bem próximo ao identificado para a região como um todo.

Palavras-chave: Economia do Trabalho, Economia Regional, Economia Brasileira.

Classificação JEL: J21, R11, R23.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo analisa a evolução do emprego formal nas mesorregiões da Região Sul do Brasil. A análise investiga se houve mudança na estrutura de oferta de empregos formais na Região Sul. Para isso utilizou dados referentes ao período de 2000 a 2005, buscando identificar se houve mudanças na oferta

¹ Bel. em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus Toledo. E-mail: yony@codem.org.br

² Professor adjunto do Colegiado de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador do CNPq e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). E-mail: jandir@unioeste.br ou jandirbr@yahoo.ca

de empregos por setores e quais mesorregiões passaram a ofertar mais e quais tiveram sua participação reduzida e em quais setores. A partir dos dados da Região Sul, verificar-se-á o comportamento das mesorregiões em separado e identificar-se-á as que mais se diferenciam do comportamento da região.

Deve-se ressaltar que o emprego é uma variável importante nos estudos do desenvolvimento econômico regional. As atividades criadoras de emprego são tomadas como os principais fatores determinantes do crescimento de uma região e de sua interação com as demais regiões. Além disso, a capacidade de alguns ramos de atividade em ampliar sua capacidade de absorção de mão-de-obra caracteriza, na divisão interregional do trabalho, o perfil do continuum urbano das economias. Segundo Ferrera de Lima et al (2006), no processo de desenvolvimento regional, a economia passa de um continuum urbano-rural para um continuum urbano-industrial e associa-se geograficamente com outras economias regionais. Essa associação ocorre através dos fluxos interregionais de produtos e serviços, capital, mão-de-obra e população. No entanto, o ponto de partida para a existência dos fluxos comerciais está na especialização regional e na ocupação da mão-de-obra. Por isso, o trabalho formal torna-se uma referência importante tanto da especialização das economias regionais, quanto das rupturas estruturais que levam essa economia a migrar de setores de baixo dinamismo para setores com maior capacidade de agregação de valor.

A divisão dos setores a serem investigados foi feita seguindo método adotado por Ferrera de Lima (2007), em: 1) indústrias dinâmicas: indústria metalúrgica; indústria mecânica; indústria do material elétrico e das comunicações; indústria do material do transporte; indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria; 2) indústrias tradicionais: indústria da madeira e do mobiliário; indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; indústria de calçados; indústria de produtos alimentícios e bebidas; extrativa mineral; 3) indústrias não tradicionais: indústria de produtos minerais não metálicos; indústria da borracha, fumo, couros e similares; indústria da construção civil; 4) terciário: comércio e serviços; 5) primário: agricultura e silvicultura.

A divisão adotada e a análise justificam-se pela grande heterogeneidade do setor secundário (indústria), e de sua importância para a economia, no sentido de gerar encadeamentos que podem levar ao crescimento e

desenvolvimento econômico (Furtado, 1987). Por isso o maior interesse em verificar a fundo a evolução do setor secundário, dividido em três subsetores, e deixar os setores primário e terciário agrupados. No entanto, apesar da importância da indústria, de acordo com Furtado (1983), o crescimento do setor secundário não faz com que a oferta de empregos nesse setor cresça na mesma proporção.

Também serão identificados alguns aspectos populacionais gerais, apenas para situar o tamanho da população da Região Sul e sua distribuição por mesorregiões.

A fonte de dados utilizada para o emprego será a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do Ministério do Trabalho - MTE, que possui informações sobre o mercado de trabalho formal no Brasil a partir de uma espécie de censo ao qual todas as empresas formais são, por lei, obrigadas a responder.

2 EMPREGO FORMAL E DINAMISMO ECONÔMICO.

Para Cella e Rodrigues (2004), nos anos 1990 a economia brasileira passou por transformações no mercado de trabalho, impulsionadas principalmente pela redução na geração de empregos formais, a criação de novos postos de trabalho; a elevada taxa de desemprego; a deterioração na qualidade dos postos de trabalho, dentre outros. Essas transformações foram resultado das mudanças tecnológicas, das novas formas de gestão, do aumento da produtividade, do crescimento populacional e da composição dos custos do fator trabalho.

Essas transformações também era usadas para justificar o desemprego e a baixa empregabilidade da força de trabalho. Da mesma forma, essas transformações trouxeram a tona a discussão sobre a flexibilização do mercado de trabalho como forma de gerar mais empregos formais na economia. Porém, segundo Itiro (2003), a flexibilização do mercado de trabalho gera controvérsias sobre seu impacto na criação de empregos formais, nas relações de trabalho e no perfil da oferta de empregos. Por vezes, as condições do mercado de trabalho são determinadas pelas particularidades sociais, políticas e históricas. Além disso, flexibilização do mercado de trabalho tem passado pelo reordenamento de um conjunto de normas legais e institucionais, que exige uma discussão ampla com a sociedade.

Para Dathein (2005), a necessidade flexibilização do mercado de trabalho, a baixa empregabilidade e a imobilidade da mão-de-obra por si só não podem explicar o alto desemprego. Num processo de baixo dinamismo, que acompanhou a economia brasileira nos anos 1990, os treinamentos e os incentivos à mobilidade da mão-de-obra não são capazes de diminuir as taxas de desemprego. Nesse caso, a melhoria na empregabilidade e a criação de empregos formais dependeriam mais de uma economia em expansão, que necessariamente de treinamentos e mobilidade da força de trabalho. Com isso, a expansão do emprego formal se daria apenas em picos cíclicos, quando a taxa de desemprego é baixa. Com isso, a variável “emprego formal” é um indicador de dinamismo econômico.

Nessa mesma linha de análise, Furtado (2001) afirma que crescimento econômico é a expansão da produção real, expresso pelo volume físico da produção. Já o desenvolvimento econômico é a expansão do fluxo de renda real, capaz de criar um mercado interno e se expandir para outros mercados. A expansão do fluxo de renda resulta num aumento da produtividade do trabalho decorrente da acumulação de capital e do avanço das técnicas. Atinge-se o desenvolvimento se cumpridos os requisitos quantitativos, pois os qualitativos são decorrentes do primeiro. Já que o aumento de bens e serviços por unidade de tempo é o que pontifica a ocorrência do crescimento, gerar emprego para solucionar as questões relativas ao desenvolvimento econômico. Na mesma linha de Furtado (2001), Singer (2003) afirma que para se ter desenvolvimento econômico, há que se ter geração de renda e esta por sua vez requer geração de empregos. Como a coletividade necessita de emprego e renda, então o emprego tem de oferecer as condições adequadas para que seja exercido. Nesse caso, o emprego formal, apesar das suas deficiências em determinadas atividades, ao garantir ao trabalhador a sua inclusão na estrutura de proteção social do trabalho, como seguro desemprego, previdência social, abonos e demais garantias expressas na legislação trabalhista, torna-se também referência do processo de desenvolvimento econômico.

3. EMPREGO FORMAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL

A Região Sul é composta pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num total de 1.188 municípios, que são agrupados em

23 mesorregiões, sendo dez no Paraná, seis em Santa Catarina e sete no Rio Grande do Sul.

Conforme Tabela I, observa-se que a distribuição dos empregos formais na Região Sul, não sofreu variações significativas no período estudado. O setor terciário é o que mais emprega com 66% de participação, e dentro do setor secundário as indústrias tradicionais ainda empregam mais que as dinâmicas e as não-tradicionais.

Tabela I – Emprego formal na Região Sul do Brasil por setor e população residente

	Indústrias Tradicionais	Indústrias Dinâmicas	Indústrias Não Tradicionais	Terciário	Primário	Total
Emprego formal em 2005	915.851	560.031	312.266	3.834.739	208.898	5.831.785
Emprego formal em 2000	716.043	422.809	285.841	3.014.808	185.449	4.624.950
Var% 2005-2000	27,90	32,45	9,24	27,20	12,64	26,09%
part. no total em 2005	16%	10%	5%	66%	4%	100%
part. no total em 2000	15%	9%	6%	65%	4%	100%
População residente em 2005						26.904.409
População residente em 2000						25.107.616
Var% 2005-2000						7,16%

Fonte: RAIS/MTE e IBGE

Os dados da Tabela I refletem o perfil produtivo da Região, cujo “carro-chefe” é o agronegócio assentado na transformação agroindustrial. Apesar do processo de desenvolvimento econômico exigir rupturas estruturais que fortalecem o continuum urbano industrial, no Sul do Brasil a divisão social do trabalho demonstra pouca mudança na composição estrutural dessa ruptura. Ou seja, internamente a economia urbana é fortalecida, mas na sua composição as atividades tradicionais e não-tradicionais são extremamente representativas na ocupação da mão-de-obra. Enquanto as indústrias dinâmicas são concentradas nas metrópoles regionais, as mesorregiões do interior continuam atraindo atividades de baixo valor agregado. Assim, o perfil da divisão social do trabalho reflete uma economia ainda dependente da transformação de produtos *in natura*.

As indústrias tradicionais, não-tradicionais e o setor terciário geram mais empregos que as indústrias dinâmicas. Apesar do baixo valor adi-

cionado, essas atividades tornam-se importantes frente ao crescimento da população, e, conseqüentemente, da expansão da População Economicamente Ativa (PEA). Entre 2000 e 2005, de acordo com dados do IBGE, a população da Região Sul cresceu 7,16%, enquanto os postos de trabalho formal cresceram 26%. Esses dados não são passíveis de comparação, pois informações referentes ao trabalho formal são dados reais, enquanto os dados referentes à população são estimados. Além disso, a comparação que mais se aproxima da realidade são os dados do emprego formal e da PEA, que mede a quantidade de pessoas em idade economicamente ativa que estejam trabalhando ou procurando emprego, informação disponível apenas para os anos censitários. Para o ano 2000, a PEA da Região Sul era de 12.498.713 pessoas, o que representava 49,8% da população residente, enquanto que os empregos formais eram de 4.624.950. Observa-se que existia uma grande diferença entre os empregos formais e a PEA. Nessa diferença estão os trabalhadores informais, os empregadores e os desempregados. Por isso, os dados da PEA 2005 são de extrema importância para se verificar o seu crescimento em relação ao crescimento dos empregos formais. No entanto, esses dados não são calculados anualmente, apenas em anos censitários.

Assim, o emprego formal representa menos de 40% da PEA, o que demonstra que os empregos criados não trazem benefícios ou proteção da previdência social aos trabalhadores.

4. EMPREGO FORMAL E POPULAÇÃO RESIDENTE NO PARANÁ

Para melhor compreensão dos dados, neste tópico serão abordados os dados referentes à população e emprego formal por setor e por mesorregião de cada Estado da Região Sul em separado.

Em relação à concentração populacional, no Estado do Paraná a mesorregião Metropolitana de Curitiba concentra 34% da população do Estado, seguida pela Região Norte Central com 18%, onde estão presentes dois grandes centros do Estado, Maringá e Londrina. Os dados mostram que no período estudado, a mesorregião Metropolitana de Curitiba concentrou população em detrimento das demais mesorregiões, com exceção da mesorregião Centro Oriental Paranaense que manteve sua participação em termos relativos.

Tabela II – Distribuição da população do Paraná por mesorregiões em termos absolutos e percentuais (2000/2005).

Mesorregião	2000	%	2005	%
Metropolitana de Curitiba	3.053.313	31,93	3.513.040	34,23
Norte Central Paranaense	1.829.068	19,13	1.948.228	18,99
Oeste Paranaense	1.138.582	11,91	1.215.075	11,84
Centro Oriental Paranaense	623.356	6,52	670.844	6,54
Noroeste Paranaense	641.084	6,70	632.045	6,16
Centro-Sul Paranaense	533.317	5,58	553.420	5,39
Norte Pioneiro Paranaense	548.190	5,73	543.711	5,30
Sudoeste Paranaense	472.626	4,94	469.179	4,57
Sudeste Paranaense	377.274	3,94	395.228	3,85
Centro Ocidental Paranaense	346.648	3,62	321.086	3,13

Fonte: Censo e Estimativa populacional IBGE.

As mesorregiões Noroeste Paranaense, Centro-Sul Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Sudoeste Paranaense, Sudeste Paranaense, Centro Ocidental Paranaense, Oeste Paranaense e Norte Central Paranaense tiveram sua participação relativa reduzida em termos populacionais. A região que mais perdeu população em termos absolutos foi a mesorregião Centro Ocidental Paranaense, que teve uma redução de -7,37%, e a sua queda na participação do total no Estado em termos percentuais foi de -13,54%. Essa redução na população da mesorregião Centro Ocidental vem ocorrendo desde a década de 1970 de acordo com IPEA (2000), devido primeiro a decadência do café e depois pela decadência do algodão. Suspeita-se que essa população tenha ido se instalar na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, que juntamente com a mesorregião Centro Oriental Paranaense foram as únicas que tiveram elevação na sua participação em termos populacionais no Estado.

Em termos de oferta de emprego formal, conforme Tabela III, verifica-se que todas as mesorregiões aumentaram em termos absolutos, aumento da oferta de empregos formais. Observa-se que entre os anos de 2000 e 2005, a mesorregião Metropolitana de Curitiba, apesar de continuar sendo a que mais ofertou empregos formais no Estado do Paraná, em termos absolutos, perdeu participação relativa no todo, passando de 46,82% para 43,75% o

que representou uma queda de -6,56%. Já as mesorregiões Oeste Paranaense, Centro Oriental Paranaense, Noroeste Paranaense, Sudoeste Paranaense e Centro-Sul Paranaense melhoraram sua participação relativa na oferta de empregos formais no Estado do Paraná. Assim, as mesorregiões do interior ampliaram sua capacidade de gerar postos de trabalho formais. Isso reflete o fortalecimento da economia urbana dessas mesorregiões. Enquanto a população relativa da mesorregião Metropolitana de Curitiba se eleva, a oferta relativa de empregos formais decresce. As mesorregiões do interior ganharam importância na geração de empregos formais e os postos de trabalho começam a se dispersar em direção as áreas não-metropolitanas.

Tabela III – Distribuição do emprego formal por mesorregião no Estado do Paraná em termos absolutos e percentuais (2000/2005).

Mesorregiões	2000	%	2005	%
Metropolitana de Curitiba	774.066	46,82	922.745	43,75
Norte Central Paranaense	316.047	19,12	409.969	19,44
Oeste Paranaense	151.125	9,14	218.915	10,38
Centro Oriental Paranaense	93.110	5,63	127.103	6,03
Noroeste Paranaense	82.817	5,01	113.022	5,36
Norte Pioneiro Paranaense	61.357	3,71	78.543	3,72
Sudoeste Paranaense	48.547	2,94	73.304	3,48
Centro-Sul Paranaense	50.186	3,04	70.051	3,32
Sudeste Paranaense	38.992	2,36	48.789	2,31
Centro Ocidental Paranaense	37.126	2,25	46.907	2,22

Fonte: RAIS/TEM.

Os dados da Tabela III também reforçam a análise de Ferrera de Lima *et al* (2006), que apontou o fortalecimento de um corredor de desenvolvimento ligando as mesorregiões Metropolitanas de Curitiba, Norte Central e Centro Oriental, através das indústrias dinâmicas e não-tradicionais. Porém, dentro do corredor a mesorregião de Curitiba perdeu participação na distribuição do emprego formal, apesar do crescimento do mesmo em termos absolutos. A economia regional do Paraná se fortaleceu no início do século XXI, com exceção das mesorregiões Norte Pioneiro, Centro Ocidental Paranaense e

Sudeste Paranaense. O Norte Pioneiro está praticamente estagnado em relação a capacidade de gerar empregos formais. Ao contrário, a mesorregião Oeste Paranaense, que também está fora do corredor de desenvolvimento, aparece como Região emergente se posicionando em terceiro lugar na criação de empregos formais. A economia dessa mesorregião está fortemente atrelada ao desenvolvimento agroindustrial, ou seja, às indústrias tradicionais. Esse perfil da especialização regional do trabalho será apresentado no próximo tópico.

4.1 Empregos formais por setores e por mesorregiões no Estado do Paraná

Neste tópico, será analisada a distribuição do emprego formal de cada setor por mesorregião no Estado do Paraná.

De acordo com a Tabela IV, a mesorregião Noroeste do Paraná é bastante heterogênea no que tange a oferta de empregos formais e dos empregos totais do setor primário ofertados no Estado, essa mesorregião é responsável por cerca de 13%, nessa mesorregião estão presentes cidades como Umuarama e Paranavaí, cujas economias estão fortemente ligadas ao setor agroindustrial. Sua participação se elevou na oferta de empregos formais da indústria tradicional, passando de 9,33% em 2000 para 12,31% em 2005.

Tabela IV – Distribuição do Emprego formal por mesorregião e por setor no Paraná (2000/2005).

Mesorregiões	Indústrias Tradicionais		Indústrias Dinâmicas		Indústrias Não Tradicionais		Terciário		Primário	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Noroeste Paranaense	9,33	12,31	2,02	2,11	3,21	3,99	3,92	3,95	15,85	13,09
Centro Ocidental Paranaense	2,35	2,62	0,61	0,82	0,66	0,97	2,18	2,09	7,05	6,98
Norte Central Paranaense	27,34	26,48	16,89	17,36	21,55	20,13	17,30	18,17	24,81	20,37
Norte Pioneiro Paranaense	4,87	5,17	1,09	1,49	1,73	2,35	3,00	3,17	16,58	13,54
Centro Oriental Paranaense	7,90	8,27	6,82	5,85	5,39	5,19	4,78	5,29	10,20	11,76
Oeste Paranaense	10,44	13,35	4,01	5,54	9,29	10,86	9,55	10,19	8,14	12,52
Sudoeste Paranaense	5,40	5,44	2,69	2,81	2,12	3,12	2,60	3,10	2,93	4,72
Centro-Sul Paranaense	5,26	4,09	3,06	2,86	1,66	2,31	2,57	3,08	5,50	6,66
Sudeste Paranaense	5,99	3,93	2,14	2,74	2,19	2,74	1,76	1,87	2,37	3,05
Metropolitana de Curitiba	21,11	18,34	60,67	58,43	52,19	48,35	52,34	49,09	6,58	7,31
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS/MTE

A mesorregião Centro Ocidental Paranaense não é grande ofertadora de empregos formais em nenhum dos setores, e ainda verifica-se uma pequena redução da sua participação no setor primário e terciário em favor do setor secundário, representado aqui pelas três categorias de indústria. Nessa região o maior município em termos de representação econômica é Campo Mourão, que vem se destacando recentemente na produção de equipamentos médicos.

O Norte Central Paranaense teve participação significativa na oferta de empregos formais em todos os setores. Sua maior participação foi nas indústrias tradicionais, com 26,48% da oferta de empregos formais dessas indústrias no Paraná, para o ano de 2005. Mas essa mesorregião também tem elevado sua participação relativa na oferta de empregos formais nas indústrias dinâmicas (perde apenas para a mesorregião Metropolitana de Curitiba), o que é bastante favorável ao crescimento econômico dessa mesorregião. Tem perdido participação relativa na oferta de empregos formais no setor primário e ganhado no setor terciário.

No Norte Pioneiro, região cuja representatividade no todo no Estado é relativamente pequena, a oferta de empregos formais na indústria tradicional aumentou no período de 2000 a 2005, assim como na indústria dinâmica e no setor terciário. Já no setor primário caiu de 16,58% para 13,54%.

A mesorregião Centro Oriental Paranaense aumentou sua oferta de empregos formais na indústria tradicional, no setor terciário e primário, enquanto nos outros setores a sua participação se reduziu no período em estudo. Nessa mesorregião estão localizadas cidades como Ponta Grossa, principal pólo dessa mesorregião, e Castro, que é destaque na produção leiteira a partir de um sistema de cooperativas.

O Oeste Paranaense aumentou sua participação relativa na oferta de empregos na indústria tradicional de 10,44% para 13,35%, elevou também nas indústrias dinâmica e não tradicional e nos setores terciário e primário. Essa mesorregião aumentou sua participação relativa na oferta de empregos formais em todos os setores para esse período. De acordo com IPEA (2000), os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo são os de maior destaque nessa mesorregião, Foz do Iguaçu tem suas características próprias, é um centro de turismo e sua economia esta baseada nisso, Cascavel é um centro maior que oferta serviços e assim como Toledo está fortemente ligada à agroindústria. Também estão localizados nessa região os municípios

lindeiros ao Lago de Itaipu, que recebem *royalties* por terem tido alagadas parte de suas terras pela Usina de Itaipu.

A exemplo do que ocorreu na mesorregião Oeste Paranaense, a mesorregião Sudoeste Paranaense também aumentou sua participação relativa na oferta de empregos formais em todos os setores, com destaque para o setor primário e as indústrias não tradicionais. Nessa região localizam-se os municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, o primeiro com forte viés tecnológico principalmente devido à presença do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET.

Na mesorregião Centro-Sul Paranaense, cujo maior município é Guapuva, houve queda na sua participação na oferta de empregos formais nas indústrias tradicionais e dinâmicas e elevação nos demais setores. A economia dessa mesorregião está atrelada ao setor madeireiro.

O que mais chama atenção na mesorregião Sudeste Paranaense é a queda na participação relativa na oferta de empregos nas indústrias tradicionais, passando de 5,99% em 2000 para 3,93% em 2005, o principal centro dessa região é União da Vitória, e de acordo com IPEA (2000) essa é a mesorregião que possui as maiores áreas de florestas naturais do Paraná.

De acordo com Binttencourt (2003) a região Metropolitana de Curitiba, se consolidou na produção de veículos leves e tem grande dinamismo no setor terciário. A mesorregião que tem maior participação relativa na oferta de empregos formais em quase todos os setores, salvo indústrias tradicionais e setor primário, é a Metropolitana de Curitiba. Porém, sua participação relativa tem caído nos anos em estudo, o que parece demonstrar algum grau de desconcentração na oferta de empregos formais no Estado do Paraná, ao contrário da população que fez movimento inverso. Atualmente, quase 60% da indústria dinâmica do Paraná está concentrada na mesorregião Metropolitana de Curitiba.

As indústrias não-tradicionais estão mais concentradas também na mesorregião Metropolitana de Curitiba, mas tendo sua participação reduzida no período estudado. O Oeste Paranaense elevou sua participação relativa para mais de 10%. Os empregos do setor terciário também estão concentrados na mesorregião Metropolitana de Curitiba, mas as outras mesorregiões têm elevado sua participação relativa na oferta de empregos formais desse setor, com exceção da mesorregião Centro Ocidental Paranaense.

Os empregos do setor primário estão mais concentrados na mesorregião Norte Central Paranaense. O Oeste Paranaense aumentou sua participação relativa na oferta de empregos desse setor, de 8,14% para 12,52%, foi a mesorregião que mais elevou sua participação relativa na oferta de empregos formais no setor primário.

Portanto, os dados apontam uma desconcentração em termos de emprego da mesorregião Metropolitana de Curitiba em favor do restante do Estado. Isso significa o fortalecimento das economias regionais no período de análise e uma mudança lenta e gradual da divisão interregional do trabalho. Enquanto as indústrias dinâmicas e não tradicionais se concentram em corredores específicos, as industriais tradicionais apresentam-se mais dispersas ao longo do Estado do Paraná. Uma particularidade observada é que as mesorregiões Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense aumentaram sua participação relativa na oferta de empregos formais em todos os setores da economia.

5. POPULAÇÃO E EMPREGO FORMAL NAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA

A população de Santa Catarina está mais dispersa pelo Estado do que a população do Paraná. A mesorregião Vale do Itajaí é a que mais atrai população, com um montante de 23% da população total, e a mesorregião Serrana é a que menos concentra com 7,13%. O restante da população está uniformemente dividida entre as mesorregiões.

Tabela V - Distribuição da população de Santa Catarina por mesorregiões em termos absolutos e percentuais (2000/2005).

Mesorregião	2000	%	2005	%
Vale do Itajaí	1.186.215	22,15	1.338.125	22,81
Oeste Catarinense	1.116.766	20,85	1.156.552	19,71
Norte Catarinense	1.026.606	19,17	1.144.633	19,51
Grande Florianópolis	803.151	14,99	918.362	15,65
Sul Catarinense	822.671	15,36	890.320	15,18
Serrana	400.951	7,49	418.576	7,13

Fonte: Censo e Estimativa populacional IBGE

No tocante a oferta de empregos formais, conforme Tabela VI, a mesorregião Vale do Itajaí elevou sua participação relativa na oferta de empregos formais e sua participação relativa na população residente. Os pólos dessa mesorregião são Blumenau e Itajaí. Já a mesorregião Serrana diminuiu sua participação relativa na oferta de empregos formais, a exemplo do que ocorreu com a população.

Tabela VI – Distribuição do emprego por mesorregião no Estado de Santa Catarina em termos absolutos e percentuais (2000/2005).

Mesorregiões	2000	%	2005	%
Vale do Itajaí	267.950	24,86	377.170	25,37
Grande Florianópolis	231.605	21,49	315.095	21,19
Norte Catarinense	220.408	20,45	286.620	19,28
Oeste Catarinense	174.398	16,18	253.936	17,08
Sul Catarinense	129.454	12,01	180.798	12,16
Serrana	54.062	5,02	73.350	4,93

Fonte: RAIS/MTE

Em Santa Catarina, a população e a oferta de empregos formais elevaram-se na mesma proporção, ao contrário do que ocorreu no Paraná. Excetuando-se a mesorregião Oeste Catarinense, onde a participação na oferta de empregos formais se elevou e a participação na população decresceu. Mesmo assim, Santa Catarina ainda continua apresentando uma estrutura mais dispersa e estabilizada na distribuição dos empregos formais se comparado a outros Estados da Região Sul do Brasil. Pelos dados vê-se um fortalecimento do Oeste SC e do Vale do Itajaí na divisão social do trabalho.

5.1 Empregos formais por setores e por mesorregiões no Estado de Santa Catarina

Neste tópico, será analisada a distribuição do emprego formal de cada setor por mesorregião no Estado de Santa Catarina.

Na Tabela VII observa-se a distribuição da oferta de empregos formais do Estado de Santa Catarina, por setor e por mesorregião.

Tabela VII - Distribuição do emprego formal por mesorregião e por setor no Estado de Santa Catarina (2000/2005).

	Indústrias Tradicionais		Indústrias Dinâmicas		Indústrias não Tradicionais		Terciário		Primário	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Mesorregiões										
Oeste Catarinense	21,90	23,39	10,70	11,79	14,91	14,92	14,04	14,86	40,54	41,52
Norte Catarinense	21,60	20,26	44,67	42,09	16,15	14,95	16,60	15,83	10,63	9,66
Serrana	4,30	3,51	5,10	4,32	2,83	3,01	4,70	4,91	21,83	21,00
Vale do Itajaí	36,29	35,91	22,02	23,00	20,16	20,71	22,22	23,38	12,65	10,85
Grande Florianópolis	4,18	4,91	5,48	6,53	22,68	23,95	31,28	29,67	7,55	8,55
Sul Catarinense	11,72	12,03	12,04	12,27	23,27	22,46	11,17	11,34	6,81	8,42
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS/MTE

O Oeste Catarinense aumentou sua participação relativa na oferta de empregos formais em todos os setores para o período de 2000 a 2005. Ao assumir-se que a oferta de empregos se eleva com o crescimento econômico, infere-se que essa mesorregião é dinâmica. Nessa mesorregião, o pólo é o município de Chapecó, e é a indústria tradicional que predomina, com ênfase para agroindústria alimentar, fortalecida pela presença de grandes empresas como a Sadia, Perdigão e Cooperativa Aurora, entre outras.

Já no Norte Catarinense, cujo município pólo é Joinville, ocorreu comportamento oposto ao Oeste Catarinense para o mesmo período, pois a mesorregião reduziu sua participação relativa na oferta de empregos formais em todos os setores. A indústria dinâmica, por exemplo, reduziu sua participação no emprego formal de 44,67% para 42,09%. Essa mesorregião tem grande participação no total de oferta de empregos formais no Estado, e a queda na participação indica desconcentração em termos de emprego dessa mesorregião em direção as outras. Ou seja, no momento que as mesorregiões fora da faixa litorânea fortalecem sua posição na criação de postos de trabalho, a polarização do Norte Catarinense diminui.

Em relação ao contexto do Estado, o Norte Catarinense se mostrou mais “fragilizado” no período estudado no contexto da criação de postos de trabalho formais. Num estudo de Bittencourt e Campos (2006), o Norte Catarinense apresentou forte especialização no ramo eletrometalmeccâni-

co, seguido de plásticos, químicos e segmentos da indústria tradicional. Enquanto os segmentos da indústria tradicional criam mais empregos, os ramos da indústria dinâmica são mais intensivos em capital e menos intensivos em empregos. Se por um lado a polarização em termos de criação de postos de trabalho diminui, o mesmo não se pode dizer em termos de montante de capital.

Na mesorregião Serrana, cuja representatividade é a menor perante as outras mesorregiões em quase todos os setores, excetuando-se o setor primário, os únicos setores que aumentaram sua participação relativa na oferta de empregos formais foram a indústria não-tradicional e o setor terciário. A indústria tradicional aumentou sua participação de 2,83% para 3,01 %, entre 2000 e 2005. Já o setor terciário aumentou de 4,70% para 4,91% no mesmo período. O maior centro econômico dessa mesorregião é o município de Lages, cuja economia está fortemente atrelada na indústria de papel e papelão.

O Vale do Itajaí aumentou sua participação relativa na oferta de empregos formais na indústria dinâmica (de 22,02% para 23,00%), não tradicional (de 20,16% para 20,71%) e o setor terciário (de 22,22% para 23,38%). Já o setor primário e as indústrias tradicionais tiveram sua participação relativa reduzidas de 12,65% para 10,85% e 36,29% para 35,91% respectivamente. Nessa mesorregião, a divisão social do trabalho tem uma distribuição de empregos equitativas em atividades mais intensivas em capital e serviços. Além disso, é a mesorregião que depende muito pouco do setor primário. Nesse caso, o Vale do Itajaí não absorve os excedentes de mão-de-obra do seu setor primário, mas de outras mesorregiões.

A mesorregião Metropolitana de Florianópolis tem elevada participação relativa na oferta de empregos formais no setor terciário, apesar dessa participação ter se reduzido no entre 2000 e 2005. Essa elevada participação é explicada pelas características da capital Florianópolis, cidade turística em que o setor de serviços é essencial. Além disso, a indústria dinâmica aumentou sua participação relativa, passando de 5,48% para 6,53%, com destaque nos últimos anos para o fortalecimento da indústria de *software*.

Na mesorregião Sul Catarinense estão as cidades de Tubarão e Criciúma, com a presença das indústrias carvoeira e cerâmica. Essa mesorregião melhorou sua participação relativa, salvo as indústrias tradicionais

cuja participação relativa caiu de 23,27% para 22,46%. Observa-se que as indústrias tradicionais estão mais presentes no Vale do Itajaí e as indústrias dinâmicas no Norte Catarinense, com mais de 40%. Enquanto o setor terciário está mais concentrado na mesorregião Metropolitana de Florianópolis devido à presença da capital do Estado nessa região, já o setor primário está mais presente (41,52%) na mesorregião Oeste Catarinense, que é a região do Estado de Santa Catarina que tem como forte característica a agroindústria.

Assim, o Oeste SC, o Norte SC e o Vale do Itajaí fortaleceram seu potencial de criação de empregos formais e sua participação na divisão do trabalho em escala regional. Urge notar a localização dessas mesorregiões. Enquanto no Paraná algumas mesorregiões localizadas nas “bordas” do Estado se fortalecem, em Santa Catarina a perspectiva espacial da localização beneficia os extremos, ou seja, as mesorregiões do litoral e o Oeste Catarinense. As mesorregiões centrais e de Planalto ficam mais atrasadas em termos de diversificação da base produtiva e ocupação da força de trabalho.

Dadas as peculiaridades da economia catarinense, as oscilações nos ciclos econômicos explicam as dificuldades enfrentadas em determinados ramos industriais, principalmente pela sua fragilidade aos movimentos do ciclo econômico. Com isso, o mercado de trabalho sofre os primeiros impactos das recessões, com a elevação das taxas de desemprego. Aliado a isso, a abertura comercial, que no Brasil ocorreu de forma rápida e agressiva em 1990, o processo de modernização, principalmente em termos organizacionais, exigindo mais produtividade, sem ampliar novas oportunidades de emprego (GUIMARÃES NETO, 2002; DINIZ, 2002).

6. POPULAÇÃO E EMPREGOS FORMAL NAS MESORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

A população do Rio Grande do Sul, conforme Tabela VIII, está fortemente concentrada na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Essa concentração se elevou no período de 2000 a 2005 de 43,22% para 44,58%. Dos três Estados do Sul, é o que mais concentra população na mesorregião

Metropolitana, em especial na capital do Estado. Essa tendência tende a se fortalecer, pois com exceção da mesorregião Nordeste Rio-Grandense, todas as outras mesorregiões perderam participação relativa.

Tabela VIII – Distribuição da população do Rio Grande do Sul por mesorregiões em termos absolutos e percentuais (2000/2005).

Mesorregião	2000	%	2005	%
Metropolitana de Porto Alegre	4.403.454	43,22	4.803.753	44,58
Noroeste Rio-Grandense	1.959.688	19,24	1.939.004	17,99
Nordeste Rio-Grandense	923.118	9,06	1.003.275	9,31
Sudeste Rio-Grandense	894.908	8,78	937.453	8,70
Sudoeste Rio-Grandense	747.115	7,33	775.797	7,20
Centro Oriental Rio-Grandense	732.957	7,19	763.282	7,08
Centro Ocidental Rio-Grandense	526.558	5,17	553.421	5,14

Fonte: Censo e Estimativa populacional IBGE

A segunda mesorregião em termos de localização da população é o Noroeste Rio-Grandense, que teve sua participação relativa reduzida passando de 19,24% para 17,99% no período estudado. As mesorregiões Sudeste Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense e Centro Ocidental Rio-Grandense tiveram sua participação relativa reduzida em favor da mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Assim como a população, a oferta de emprego formal também está concentrada na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, apesar da redução da sua participação relativa de 56,12% para 54,44%. Essa pequena redução na participação relativa de Porto Alegre foi causada pelo aumento relativo na participação das mesorregiões Nordeste Rio-Grandense e Noroeste Rio-Grandense, cuja participação relativa aumentou de 13,89% e 13,03% respectivamente, conforme Tabela IX.

Observa-se que nos três Estados da Região Sul, as mesorregiões metropolitanas têm perdido participação na oferta de empregos formais, enquanto que em termos populacionais tem ocorrido o inverso.

Tabela IX – Distribuição do emprego formal por mesorregião no Estado do Rio Grande do Sul em termos absolutos e percentuais (2000/2005).

Mesorregiões	2000	%	2005	%
Metropolitana de Porto Alegre	1.164.188	56,12	1.342.111	54,44
Nordeste Rio-Grandense	267.875	12,91	342.457	13,89
Noroeste Rio-Grandense	247.528	11,93	321.127	13,03
Centro Oriental Rio-Grandense	131.902	6,36	157.037	6,37
Sudeste Rio-Grandense	115.116	5,55	132.474	5,37
Sudoeste Rio-Grandense	82.844	3,99	92.779	3,76
Centro Ocidental Rio-Grandense	65.065	3,14	77.456	3,14

Fonte: RAIS/MTE

6.1 Empregos formais por setores e por mesorregiões no Estado do Rio Grande do Sul

Neste item, será analisada a distribuição do emprego formal no Rio Grande do Sul por mesorregião e por setor de atividade.

Conforme mostra a Tabela X, o Noroeste Rio-Grandense aumentou sua participação relativa na oferta de empregos formais em todos os setores. De acordo com Contri e Porsse (2006), que realizaram estudo sobre o PIB Gaúcho no período de 1999-03, a economia gaúcha passou por um processo lento de desconcentração e a mesorregião Noroeste Rio-Grandense apareceu como atrativa.

A mesorregião Nordeste Rio-Grandense, também melhorou sua participação relativa na oferta de empregos formais em todos os setores, principalmente no primário onde sua participação passou de 13,09% em 2000 para 16,16% em 2005.

Na mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, observa-se que a oferta de empregos formais na indústria dinâmica é muito pequena, mas houve melhora no período estudado (de 0,73 para 0,86%), e apenas no setor primário a participação relativa dessa mesorregião se reduziu nesse período passando de 6,55 para 6,08%.

Tabela X - Distribuição do emprego formal por mesorregião e por setor no Estado do Rio Grande do Sul (2000/2005).

	Indústrias Tradicionais		Indústrias Dinâmicas		Indústrias não Tradicionais		Terciário		Primário	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Mesorregiões										
Noroeste Rio-Grandense	10,48	11,86	10,44	11,98	11,13	11,95	12,31	13,26	20,12	21,79
Nordeste Rio-Grandense	16,06	17,72	28,72	29,34	12,77	13,45	7,58	8,20	13,09	16,16
Centro Ocidental Rio-Grandense	1,95	2,13	0,73	0,86	4,02	3,27	3,83	3,91	6,55	6,08
Centro Oriental Rio-Grandense	12,54	12,13	5,24	4,56	11,08	11,71	4,81	5,24	6,15	5,98
Metropolitana de Porto Alegre	52,67	49,99	52,49	51,13	54,69	54,41	60,38	58,45	15,98	13,45
Sudoeste Rio-Grandense	1,98	2,25	0,35	0,42	1,60	1,47	4,60	4,32	24,53	24,30
Sudeste Rio-Grandense	4,32	3,93	2,03	1,71	4,70	3,74	6,49	6,63	13,57	12,24
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS/MTE

O Centro-Oriental Rio-Grandense, reduziu sua participação relativa em quase todos os setores, com exceção da indústria não tradicional e o setor terciário. Nessa região há presença da agroindústria do fumo e também da indústria de couros.

A Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre é a maior responsável pela oferta de empregos formais em quase todo Estado, salvo no setor primário. Ela tem uma participação elevada na oferta de empregos formais no setor terciário, com quase 60% do total desse setor no Estado. Porém, tem perdido participação relativa em todos os setores, o que aponta uma tendência à desconcentração da oferta de empregos formais dessa mesorregião para o restante do Estado. Nessa região, pela presença da capital do Estado e a proximidade com o litoral, observa-se a presença de fortes investimentos tanto públicos como privados.

O Sudoeste Rio-Grandense é um grande ofertador de empregos formais no setor primário. No entanto, nos outros setores sua participação é bastante reduzida, apesar de uma tendência à recuperação dos empregos na indústria tradicional.

O Sudeste Rio-Grandense teve sua participação relativa na oferta de empregos formais reduzida em quase todos os setores, com exceção do setor terciário em que sua participação relativa passou de 6,49% para 6,63%.

No conjunto do Rio Grande do Sul, as indústrias tradicionais, dinâmicas, não tradicionais e o setor terciário estão concentrados na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Apenas o setor primário não está concentrado nessa mesorregião, estando dividido principalmente entre as regiões Sudoeste Rio-Grandense (24,30%) e Noroeste Rio-Grandense (21,79%). Nota-se que o Rio Grande do Sul tem no setor primário um gerador de postos de trabalho nas mesorregiões periféricas, enquanto o Nordeste RS e a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre fortalece seu continuum urbano-industrial.

Num estudo de Ferrera de Lima (2004), as mesorregiões Oeste SC e Oeste PR surgem com emergentes, em função das características do seu parque agroindustrial e da ação das cooperativas na formação de plantas de transformação. Comparando-se os resultados dessa pesquisa com Ferrera de Lima et al (2007), nota-se que há convergência no tocante ao papel periférico que um grupo de mesorregiões vem assumindo no contexto da ocupação da mão-de-obra e da criação de empregos formais. Nesse caso, o Norte Pioneiro PR, o Sudoeste PR, o Centro Sul PR, o Noroeste RS, o Centro Ocidental RS e o Sudoeste RS até 2005 estavam ficando cada mais periféricos em relação à dinâmica das mesorregiões localizadas à leste da Região Sul. Com exceção das mesorregiões Norte Central PR, Oeste catarinense e paranaense, as mesorregiões do interior estão acentuando sua dependência do setor primário e das atividades industriais complementares, de baixo valor agregado. Considerando os novos investimentos agroindustriais no Noroeste RS entre 2006 e 2008, as cidades no norte do RS devem dinamizar sua base produtiva agropecuária, principalmente aquela ligada aos lácteos e carnes. No entanto, em termos de convergência econômica, as mesorregiões periféricas demandarão investimentos consideráveis em infra-estrutura, capacitação profissional e de atração de novos ramos industriais e de serviços para dinamizar sua economia no mesmo montante do Norte SC, Norte PR, Vale do Itajaí, Centro-Oriental PR, Nordeste RS e as Metropolitanas de Curitiba, Porto Alegre e Grande Florianópolis.

7. CONCLUSÃO

O objetivo do artigo foi o de analisar a evolução do emprego formal na Região Sul do Brasil e em suas 23 mesorregiões em 2000 e 2005.

O que se observou foi uma elevação na participação das indústrias tradicionais, dinâmicas e do setor terciário na Região Sul como um todo, e uma queda na participação relativa das indústrias não tradicionais enquanto o setor primário manteve-se sem alterações. Mas essa “fotografia” da Região Sul não se aplica a todas suas mesorregiões.

Dentre as mesorregiões do Estado do Paraná, a Metropolitana de Curitiba e a Centro Oriental Paranaense reduziram a participação da oferta de empregos formais na indústria dinâmica, sendo caminho contrário ao percorrido pela Região Sul como um todo. Em compensação quase todas as mesorregiões aumentaram a participação relativa da oferta de empregos formais no setor terciário, excetuando-se apenas as mesorregiões Centro Ocidental Paranaense e Metropolitana de Curitiba. As mesorregiões Noroeste Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense, seguiram a dinâmica da Região Sul, apresentando o mesmo comportamento em relação à participação de cada setor na oferta de emprego formal.

No Estado de Santa Catarina, mesorregião Oeste Catarinense, Grande Florianópolis e Sul Catarinense são as que mais se aproximam do resultado da Região Sul, as elevações na participação dessas mesorregiões na oferta de empregos formais também se deram nas indústrias tradicionais, dinâmicas e setor terciário.

Para o Rio Grande do Sul, as mesorregiões Noroeste Rio-Grandense, Nordeste Rio-Grandense, Centro Ocidental Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense seguem a dinâmica da Região Sul, e as outras mesorregiões tiveram comportamento diferente no que tange a oferta de emprego formal.

As mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Sudeste Paranaense, Centro Ocidental Paranaense, Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Serrana, Metropolitana de Porto Alegre, Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense perderam participação na oferta de empregos formais. Das mesorregiões que aumentaram sua participação na oferta de empregos, onde teoricamente seria mais fácil conseguir um emprego, destacam-se Sudoeste Paranaense onde a oferta de empregos cresceu 51% no período estudado, Oeste Paranaense que cresceu 44,86%, Centro-Sul Paranaense 39,58%, Oeste Catarinense 45,61%, Vale do Itajaí 40,76% e Sul Catarinense cuja variação foi de 39,66%. Das 23 mesorregiões da Região Sul, 11 acompanharam o ritmo de oferta de empregos formais da região nos mesmos setores que esta última.

Por fim, cabe salientar que o movimento do emprego formal e da industrialização no Sul do Brasil fortalece o papel das cidades e em especial das metrópoles como lócus de vitalidade econômica, o que a torna um centro das decisões que polarizam o restante do território. As metrópoles do Sul do Brasil são aglomerados não apenas industriais, mas também aglomerados com funções específicas ou funcionais. O tamanho populacional e a especialização dos seus ramos de atividades tornam-se indicadores não só das suas funções, como da sua capacidade de atração, o que se reflete também na abertura de postos de trabalho.

THE REGIONAL DISTRIBUTION OF FORMAL EMPLOYMENT IN SOUTHERN BRAZIL

Abstract

This paper analyses the distribution of formal jobs in the Southern part of Brazil and in its 23 regions. It aimed to identify the regions where the dynamics of formal jobs supply accompanied the dynamics of the whole Southern Brazil. Out of these 23 regions, 11 had the same behavior - or behaved very closely - to the entire macro-region.

Keywords: Labor Economics, Regional Economics, Brazilian Economics.

JEL classification: J21, R11, R23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, J. T. Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Região Metropolitana de Curitiba: Uma Leitura a Partir do Desenvolvimento Regional e das Mudanças no Padrão de Produção. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 105 p.101-123, jul/dez. 2003.

BITTENCOURT, P; CAMPOS, R. Características atuais das concentrações industriais catarinenses. **Textos de Economia**. Florianópolis, vol. 09, nº 01, p. 61-90, 2006.

CELLA, S.; RODRIGUES, M. O mercado de trabalho catarinense por gênero na década de 90. **Cadernos de Economia**. Chapecó, vol. 08, nº 15, p. 63-78, 2004.

IPEA. Caracterização das mesorregiões da Região Sul Redes Urbanas Regionais: Sul. Série caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, vol. 06. IPEA, IBGE, Unicamp/IE/NESUR, IPARDES. 1ª reimpressão, Brasília: IPEA, 2000.

CONTRI, A. L., PORSSE, A. A.. Estrutura e evolução do PIB dos municípios gaúchos: 1999-03. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, nº 4, 2006.

DATHEIN, R. Teorias econômicas e políticas contra o desemprego. **Pesquisa e Debate**. São Paulo, vol. 16, nº 01, p. 121-153, 2005.

DINIZ, C. C. A nova configuração urbano-industrial do Brasil. In: KON, A. (org.). **Unidade e Fragmentação: A questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 87-116, 2002.

FERRERA DE LIMA, J. Dispersão Espacial e Alocação do Emprego nas atividades produtivas das microrregiões paranaenses. **Texto para Discussão 02**. UNIOESTE/MDRA Toledo, PR, 2007.

FERRERA DE LIMA, J. **La diffusion spatiale du développement économique régional: L'analyse des composantes et de la forme de la diffusion spatiale au Sud du Brésil au XX^e siècle**. Thèse de doctorat en développement régional, DSH/Université du Québec à Chicoutimi, Saguenay, 2004. Disponível *on-line* no site Web http://www.irec.net/01fr_rechercheaffiche.php3?518

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. Análise regional das mesorregiões do Estado do Paraná no final do século XX. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 24, nº 46, p.07-26, 2006.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C.A. O Padrão de localização e a difusão da mão-de-obra na Região Sul do Brasil (1991-2000). **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 28, nº 01, p.189-224, 2007.

FURTADO, C. **O Brasil Pós-“Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. O Processo histórico do Desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; REGO, J. **A grande Esperança em Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 253-280, 2001.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 19º ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.

GUIMARÃES NETO, L. As economias regionais e o mercado de trabalho no Brasil dos anos 1990. In: KON, A. (org.). **Unidade e Fragmentação: A questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p.165-196, 2002.

ITIRO, A. Flexibilização dos mercados de trabalho: Um panorama do debate internacional. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, vol. 14, nº 01, p. 60-70, 2003.

OURIQUES, H. R., VIEIRA, P. A. O emprego formal em Santa Catarina no período 1986-1996: primeiras evidências. **Archetypon**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 108-129, 1999.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas** 6º ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TESSER, D.; ALVES, M.; PECH, S.; NODARI, T. Cadeias produtivas da região da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – ANMOC: Descrição e quantificação. **Cadernos de Economia**. Chapecó, vol. 10, nº 18, p. 97-120, 2006.